**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

**PROCESSOS JULGADOS PELO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**

**DO AMAZONAS, SOB A PRESIDÊNCIA DO EXMO. SR. CONSELHEIRO ÉRICO XAVIER DESTERRO E**

**SILVA, NA 22ª SESSÃO ADMINISTRATIVA DE 30 DE JUNHO DE 2022.**

**JULGAMENTO EM PAUTA: CONSELHEIRO-RELATOR: ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA.**

**PROCESSO Nº 003834/2022 –** Solicitação de Pagamento de Diferença de Produtividade, tendo como

interessado o servidor Leandro Henrique Perasa Braga de Souza.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 260/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido do servidor **Leandro Henrique Perasa Braga de Souza**, Assessor

AADES, matrícula nº 003.545-0A, lotado na Diretoria de Administração Interna - DIAI, quanto ao pagamento

da diferença de produtividade pelo período que foi remunerado, indevidamente, com o valor referente a

Escolaridade Nível Médio (R$ 2.000,00), quando fazia jus ao nível superior (R$ 3.200,00), em consonância

ao art. 9º, § 1º, inciso V, da Portaria nº 377/2019-GPDRH; **9.2. DETERMINAR** à *DRH* que: **a) Adote as**

**providências quanto ao pagamento da diferença de produtividade; b)** Aguarde o cronograma financeiro

a ser disponibilizado pela DIORF para elaboração da respectiva folha de pagamento, conforme Cálculo

realizado pela DIPREFO [(0277264);](https://sei.tce.am.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=319319&id_procedimento_atual=283054&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000019&infra_hash=be01f0cf6838e80abec3f98f0974453d8d63395dc489c6561de984ec5d94fa9a) **c)** Em seguida, encaminhe o caderno processual à DIORF para

pagamento da diferença de produtividade em observância ao cronograma financeiro. **9.3. COMUNICAR** o

requerente, com envio do Acórdão resultante; **9.4. ARQUIVAR** o processo nos termos regimentais, após o

cumprimento integral do *decisum*.

**PROCESSO Nº 003927/2022 –** Requerimento de Concessão de Licença Especial, referente ao quinquênio

de 2017/2022, bem como a conversão em indenização pecuniária, tendo como interessado o servidor Sergio

Augusto Antony de Borborema.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 261/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido da servidora **Sergio Augusto Antony de Borborema,** Auditor Técnico

de Controle Externo “B”, matrícula nº 000.105-8A, quanto à concessão da Licença Especial de 3 (três) meses,

bem como a conversão de 90 (noventa) dias em indenização pecuniária, **referente ao quinquênio**

**2**

**017/2022**, em consonância com o art. 6°, inciso V, da Lei Estadual nº 3.138/2007 e art. 7º, parágrafo 1º,

inciso V, da Lei nº 4743/2018 c/c art. 78 da Lei nº 1.762/1986, vedados os descontos de imposto de renda e

de caráter previdenciário; **9.2. DETERMINAR** à *DRH* que: **a)** Providencie o registro da concessão da Licença

Especial e da conversão de 90 (noventa) dias em indenização pecuniária, em razão da licença especial não

gozada, referente ao quinquênio **2017/2022**; **b)** Aguarde o cronograma financeiro a ser disponibilizado pela

DIORF para elaboração da respectiva folha de pagamento, conforme **CÁLCULO DE INDENIZAÇÃO DE**

**LICENÇA ESPECIAL N. 026/2022 - DIPREFO**; **c)** Em seguida, encaminhe o caderno processual à DIORF

para pagamento das verbas indenizatórias em observância ao cronograma financeiro. **9.3. ARQUIVAR** o

processo nos termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum*.



**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

**PROCESSO Nº 003316/2022 –** Requerimento de Concessão de Licença Especial, referente ao quinquênio

de 2016/2021, bem como a conversão em indenização pecuniária, tendo como interessado o servidor Mário

Roosevelt Elias da Rocha.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 262/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido do servidor **Mario Roosevelt Elias da Rocha**, Assistente de Controle

Externo “C”, Matricula 000618-1A, quanto à concessão da Licença Especial de 3 (três) meses, bem como a

conversão de 90 (noventa) dias em indenização pecuniária, **referente ao quinquênio 2016/2021**, em

consonância com o art. 6°, inciso V, da Lei Estadual nº 3.138/2007 e art. 7º, parágrafo 1º, inciso V, da Lei nº

4

743/2018 c/c art. 78 da Lei nº 1.762/1986, vedados os descontos de imposto de renda e de caráter

previdenciário; **9.2. DETERMINAR** à *DRH* que: **a)** Providencie o registro da concessão da Licença Especial e

da conversão de 90 (noventa) dias em indenização pecuniária, em razão da licença especial não gozada,

referente ao quinquênio **2016/2021**; **b)** Aguarde o cronograma financeiro a ser disponibilizado pela DIORF

para elaboração da respectiva folha de pagamento, conforme Cálculo de Indenização de Licença Especial nº

0

23/2022 - DIPREFO [(0278354);](https://sei.tce.am.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=320529&id_procedimento_atual=279446&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000019&infra_hash=c4190a48c691476c5b4d558b0dc1643099ff991c09d8301cc22eaf32587f2671) **c)** Em seguida, encaminhe o caderno processual à DIORF para pagamento

das verbas indenizatórias em observância ao cronograma financeiro. **9.3. ARQUIVAR** o processo nos termos

regimentais, após o cumprimento integral do *decisum*.

**PROCESSO Nº 004767/2022 –** Requerimento de Concessão de Licença Especial, referente ao quinquênio

de 2017/2022, bem como a conversão em indenização pecuniária, tendo como interessada a servidora Maria

do Sameiro Alves Ribeiro.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 263/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido da servidora **Maria do Sameiro Alves Ribeiro,** Auditor Técnico de

Controle Externo desta Corte de Contas, matrícula 000596-7A, quanto à concessão da Licença Especial de 3

(três) meses, bem como a conversão de 90 (noventa) dias em indenização pecuniária, **referente ao**

**quinquênio 2017/2022**, em consonância com o art. 6°, inciso V, da Lei Estadual nº 3.138/2007 e art. 7º,

parágrafo 1º, inciso V, da Lei nº 4743/2018 c/c art. 78 da Lei nº 1.762/1986, vedados os descontos de imposto

de renda e de caráter previdenciário; **9.2. DETERMINAR** à *DRH* que: **a)** Providencie o registro da concessão

da Licença Especial e da conversão de 90 (noventa) dias em indenização pecuniária, em razão da licença

especial não gozada, referente ao quinquênio **2017/2022**; **b)** Aguarde o cronograma financeiro a ser

disponibilizado pela DIORF para elaboração da respectiva folha de pagamento, conforme Cálculo de

Indenização de Licença Especial nº 022/2022 - DIPREFO [(0278348);](https://sei.tce.am.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=320523&id_procedimento_atual=291772&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000019&infra_hash=de1a9a761fe1272023616b6ac2dad62519792ddaf64854845eb75f647a396b8b) **c)** Em seguida, encaminhe o caderno

processual à DIORF para pagamento das verbas indenizatórias em observância ao cronograma financeiro.

**9**

**.3. ARQUIVAR** o processo nos termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum*.

**PROCESSO Nº 007085/2022 –** Requerimento de Concessão de Licença Especial, referente ao quinquênio

de 2015/2020, bem como a conversão em indenização pecuniária, tendo como interessada a servidora Talita

dos Santos Belchior.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 264/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no



**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido da servidora **Talita dos Santos Belchior**, Auditora Técnica de Controle

Externo desta Corte de Contas, matrícula 001476-1A, ora lotada na Diretoria de Controle Interno – DICOI,

quanto à concessão da Licença Especial de 3 (três) meses, bem como a conversão de 90 (noventa) dias em

indenização pecuniária, **referente ao quinquênio 2015/2020**, em consonância com o art. 6°, inciso V, da Lei

Estadual nº 3.138/2007 e art. 7º, parágrafo 1º, inciso V, da Lei nº 4743/2018 c/c art. 78 da Lei nº 1.762/1986,

vedados os descontos de imposto de renda e de caráter previdenciário; **9.2. DETERMINAR** à *DRH* que:

**a)** Providencie o registro da concessão da Licença Especial e da conversão de 90 (noventa) dias em

indenização pecuniária, em razão da licença especial não gozada, referente ao quinquênio **2015/2020**;

**b)** Aguarde o cronograma financeiro a ser disponibilizado pela DIORF para elaboração da respectiva folha de

pagamento, conforme Cálculo de Indenização de Licença Especial **n. 024/2022 - DIPREFO** [(0278356);](https://sei.tce.am.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=320531&id_procedimento_atual=313306&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000019&infra_hash=64190f3f7bc519464b4af956c8176f457a2d3376a57e106e28ee769c3660ed17) **c)** Em

seguida, encaminhe o caderno processual à DIORF para pagamento das verbas indenizatórias em

observância ao cronograma financeiro. **9.3. ARQUIVAR** o processo nos termos regimentais, após o

cumprimento integral do *decisum*.

**PROCESSO Nº 009383/2021 –** Solicitação de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição,

com proventos integrais, tendo como interessada a servidora Horace Mary Araújo Castelo Branco.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 265/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido de **Aposentadoria** Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, com

proventos integrais, da servidora **Horace Mary Araújo Castelo Branco**, Auxiliar Técnico “B”, matrícula nº

0

00.762-5A, lotada na Diretoria de Controle Externo de Aposentadorias, Reformas e Pensões - DICARP, nos

termos do art. 3º da EC nº 47/2005, conforme tabela abaixo indicada:

**APURAÇÃO DOS PROVENTOS**

**VALOR (R$)**

R$ 6.759,63

R$ 4.055,78

R$ 675,96

**VENCIMENTO –** Lei nº 5.579/2021 de 17/08/2021.

**GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL (60%)** Lei nº 1.762/86, Artigo 90, inciso IX.

**ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (10%) –** Lei nº 1.762/86, Artigo 90, inciso III c/c Lei nº 2.531/99, Artigo 4°.

**VANTAGEM PESSOAL-** 1/5 (um quinto), do Cargo em Comissão de Assistente de Diretor, símbolo CC-1, com base no §

R$ 531,90

2° do artigo 82 da Lei n° 1762/1986.

**ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO (20%) -** Lei nº 4.743, de 28 de dezembro de 2018.

R$ 1.351,93

**TOTAL**

**R$ 13.375,20**

**1**

§

**3º SALÁRIO,** UMA parcela do provento - opção feita pelo (a) servidor (a), com fulcro na Lei nº 3.254/2008 que alterou o

1º e incluiu § 3º do Artigo 4º da Lei nº 1.897/1989.

**R$ 13.375,20**

**9**

**.2. DETERMINAR** o envio do processo à *Divisão de Instrução e Informações Funcionais - DIINF* para registro

da aposentadoria e demais atos necessários; **9.3. DETERMINAR** o envio do Processo à *Divisão do Arquivo*,

nos termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum.*

**PROCESSO Nº 004356/2022 -** Prorrogação de Convênio de Cessão da servidora Tereza Cristina Queiroz da

Silva, a ser celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE/AM e a Secretaria de Estado

de Educação e Desporto.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 266/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

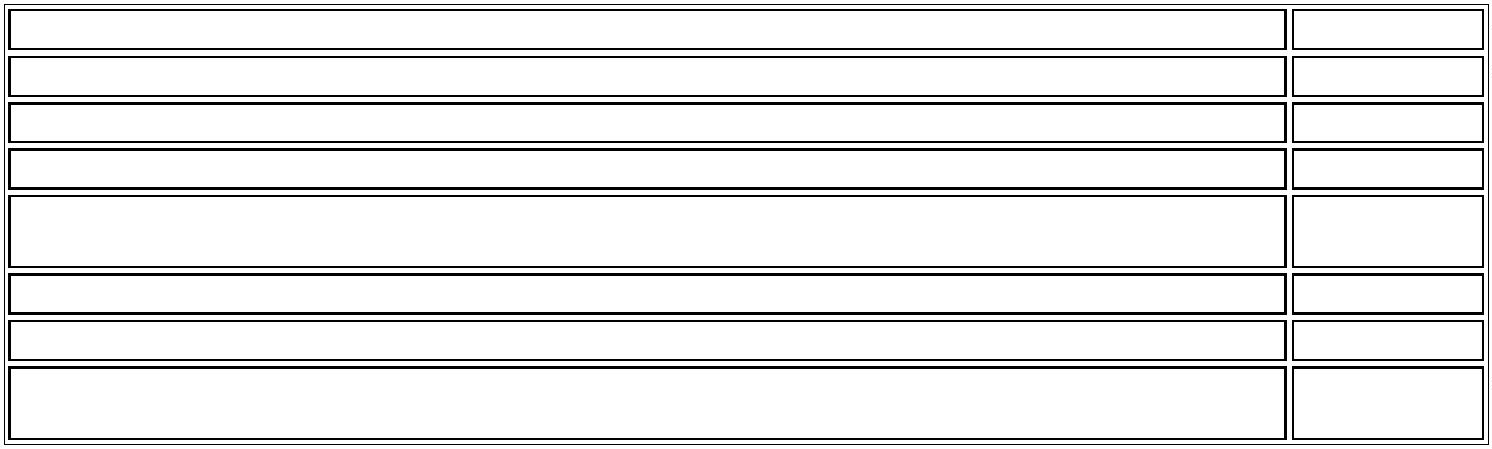
identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na **Consultec**, no sentido de: **8.1. Autorizar** a

formalização da prorrogação do **Convênio de Cessão da servidora Tereza Cristina Queiroz da**



**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

**Silva,** matrícula nº 143-347-4A, ocupante do cargo de Professora, do quadro de pessoal da Secretaria de

Estado de Educação e Desporto, **a ser celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas –**

**TCE/AM e a Secretaria de Estado de Educação e Desporto,** a ﬁm de que a mesma venha exercer a sua

função no TCE/AM, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 01/04/2022, com ônus para o órgão de

origem (art. 62, §1º, inciso II da Lei Municipal n.º 1.126/2007), nos termos do plano de trabalho e da minuta

apresentada pela CONSULTEC (0262110); **8.2. Determinar** a devolução do processo à SEGER para que

junto à Presidência, proceda a assinatura do ajuste pelas partes e remessa de Ofício;

**8**

**.3. Determinar** à SEGER que **remeta** os autos à DICOM para que proceda com a publicação do Termo de

Cessão, no Diário Oficial Eletrônico do TCE/AM, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93;

e adote as medidas pertinentes, junto aos setores competentes, para finalização de todos os procedimentos

de cessão da servidora Tereza Cristina Queiroz da Silva; **8.4. Determinar** à **DRH** que informe à Presidência

acerca do cumprimento de todos os requisitos para a cessão/disposição da servidora em tela, inclusive quanto

à publicação em diário oficial do Termo de Cessão/disposição, a fim de atender ao quanto requisitado pela

Escola de Contas.

**SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, em

Manaus, 30 de junho de 2022.

